



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 21 DE OUTUBRO DE 2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública virtual desta Comissão do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/auditóriosonline e pelo Facebook, pelo Youtube e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 06/10/2021; e foi publicada nos jornais: *Agora*, em 07/10/2021 e *Folha de S. Paulo* em 13/10/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 06/10/2021, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/ audiência pública virtual.

Foram convidados para esta audiência o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, que está acompanhado das Sras. Cláudia Bice Romano, Chefe da Assessoria Econômica, e Vivian Satiro de Oliveira, Secretária Executiva de Planejamento; e dos Srs. Fabiano de Oliveira Martins, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SUPOM, Samuel Ralize de Godoy, coordenador de COPLAN – Coordenadoria de Planejamento; e o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM, João Antônio da Silva Filho; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Passemos ao item da pauta. Declaro aberta a audiência do PL 676/21. Esta é a primeira audiência para debater o PL 676/2021 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025 – PPA”.

Passo imediatamente e agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. Guilherme Bueno, nosso Secretário da Fazenda. E até o término da exposição do Secretário, encerraremos as inscrições.

Desculpe o atraso, Secretário, demais convidados, Thulyo, assessoria. Nós estávamos instalando a subcomissão para acompanhar os PLs que tratam das propostas das

reformas administrativa e tributária, para qual foi eleita para presidir a subcomissão instalada, a querida Vereadora, Presidente Janaina Lima. Eu estarei na condição de vice-presidente e estamos aí para na próxima reunião ver quem se dispõe a fazer a relatoria.

Mais uma vez, desculpe-me pelo atraso, e abro imediatamente a palavra ao Dr. Guilherme Bueno. (Pausa) Fala, Mário.

O SR. MÁRIO – É só para avisar que o Isac e o Sidney estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito bem, bem-vindos Vereador Isac Felix e Dr. Dr. Sidney Cruz, membros desta comissão.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, bom dia novamente. Prazer estar aqui com V.Exas. Queria cumprimentar também os Vereadores componentes da Comissão de Finanças, em especial o Vereador Isac Felix, o Vereador Sidney Cruz; cumprimentar o representante do Tribunal de Contas, não sei se já está na reunião o Dr. Thulyo; e cumprimentar todos os demais participantes.

Hoje, aqui, a nossa audiência é sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 22/25. Esse é um trabalho conjunto feito pela equipe da Secretária Executiva de Planejamento e entregas prioritárias, Dra. Vivian Satiro, juntamente com a equipe da Fazenda, basicamente a SUPOM, hoje aqui representada pelo Fabiano de Oliveira, pelo Samuel Ralize, e ainda temos o apoio da Claudia Romano, que é chefe da assessoria econômica, responsável por todas as estimativas, enfim, todas as premissas econômicas desse trabalho.

Eu vou passar a palavra, então, para a Vivian, que vai fazer a apresentação. Depois, Presidente, estaremos à disposição para responder perguntas, fazer esclarecimentos. Então, se o senhor autorizar, passo a palavra à Dra. Vivian Satiro, que vai fazer a apresentação junto com o Samuel Ralize.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, Dra. Vivian.

A SRA. VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA – Obrigada. Bom dia a todas e a todos. Cumprimento os vereadores presentes na figura do Vereador Jair: todos do Poder Executivo presentes, na figura do Guilherme.

Para a gente, da Secretaria Executiva de Planejamento é uma alegria ter feito parte desse trabalho junto com a Secretaria da Fazenda. Tivemos avanços importantes no processo graças a essa parceria e a gente está muito feliz de apresentar aqui o resultado desse trabalho para vocês hoje.

Samuel, pode passar.

Aqui é um quadro da trajetória do planejamento municipal que a gente elaborou para a gestão, então é um quadro que a gente já usa desde a versão final do Programa de Metas, a versão que foi publicada no mês de julho, e ela demonstra o que a gente está mirando para o planejamento da Cidade tanto no longo prazo, que é a Agenda Municipal 2030.

Vale dizer que a Prefeitura de São Paulo possui uma agenda municipalizada dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, então a gente não usa apenas os 16 objetivos, mas fez um esforço gigante para municipalizar cada uma das metas dentro desses objetivos. A gente tem um planejamento até 2030 mirando nesses objetivos. A linha mais escura embaixo da tela que vocês veem, Agenda Municipal 2030.

Para dar conta da Agenda Municipal 2030 dentro dessa gestão, a gente separou em dois tipos de planejamento, talvez duas peças diferentes de planejamento. Uma delas a gente já apresentou para vocês, que é a linha amarela, que é o Programa de Metas, que tem como horizonte temporal 2021-2024. E agora a gente apresenta o Plano Plurianual, que tem horizonte até 2025.

Vale dizer que todas essas peças foram feitas de forma conjunta, os indicadores e os programas estão vinculados e ao longo da apresentação a gente fala um pouco mais disso.

Pode passar, Samuel.

No documento gerencial do PPA vale dizer que a gente fez uma escolha por transformar nossa exposição de motivos num documento gerencial. Estava vendo aqui no *chat* que o Prof. Marcelo comentou sobre a importância da transparência pública nesse processo. Para a gente fazer esse esforço de transformar o PPA numa linguagem mais simples, mais palatável para a população, explicando como é que foi todo esse processo também é muito

importante, dialoga muito com essa ideia de transparência, qual é a transparência que a gente quer dar no processo como um todo.

Então é um ciclo de desenvolvimento da Cidade que figura no documento da exposição de motivos, que mostra um pouco como a gente entende a construção desse planejamento público municipal, que começa obviamente com a população, pela identificação de problemas públicos.

Ele foi incorporado no plano de governo, então a gente pensa num planejamento que não iniciou só nesse período, mas que leva em consideração aquilo que foi escolhido pela população nas eleições, no plano de governo eleito, que desencadeou um Programa de Metas como um planejamento mais tático desse plano de governo. E agora a gente apresenta o Plano Plurianual e, no futuro, a gente espera colher bons resultados disso.

Pode passar, Samuel.

Como eu falei no primeiro *slide*, a gente buscou fazer uma integração total dos instrumentos, do plano de governo eleito ao PDM, ao PPA, com a Agenda 2030 Hoje a gente está num processo de discussão dentro das câmaras temáticas da Agenda 2030, para a construção de um plano de ação da Agenda 2030, mas esse plano de ação está vinculado diretamente ao PPA e ao PDR.

Vocês podem ver aí na tela, os nossos eixos do PPA são exatamente os mesmos dos eixos do PDR, que não faria, para a gente, nenhum sentido não ter essa incorporação, não ter esse ajuste. Ele não é ajuste meramente de nomenclatura, é um ajuste dos programas, como veremos a seguir, e é um ajuste das prioridades da Prefeitura nesse sentido.

No primeiro quadrinho estão os objetivos, os eixos do Plano de Governo. Cada um desses eixos a gente tentou transpor para os seis eixos que compõem o Plano de Metas e o PPA, dessa forma, a gente consegue fazer um planejamento, de fato, dialogado entre os quatro instrumentos.

A gente disponibilizou no *site* da Secretaria de Governo planilhas em Excel - então elas são dados abertos - que mostram a vinculação exata de cada indicador, de cada programa

de todos esses instrumentos. Então quem tiver interesse, acho que vale a pena ver, porque é um esforço muito grande de toda equipe. Pode passar.

Então os quadros anteriores que eu mostrei desencadeiam esse mapa estratégico da gestão. A ideia é a de que o PPA possa ser um direcionador da gestão mesmo como um mapa estratégico de onde a gente quer chegar. Então ele dá as grandes diretrizes, incorporando aquilo que é um cronograma no Plano de Metas e, a partir daí, ele mostra o que vai entrar na LDO e na LOA, nos anos seguintes. Pode passar.

Além das inovações que eu já mencionei, a gente criou um documento executivo do PPA para que a população tenha um acompanhamento mais próximo, a gente fez alterações em muitos programas no PPA. Eu acho que os Vereadores podem ter notado isso, que a gente incorporou um programa específico para a primeira infância, a gente criou um programa que fala de economia criativa, outro que fala de inovação, para trazer a ideia de inclusão digital, para incutir cidadania, a gente criou um programa que fala da saúde animal. São todos os temas que figuraram, não só na discussão do Plano de Governo e do Plano de Metas, mas nas audiências públicas que nós realizamos.

Lembrando que isso também é uma inovação. Nós fizemos audiências públicas unificadas de modo a tratar todas as propostas sugeridas pela população, todas as demandas que a gente ouviu de forma coordenada.

Acho que o tema que mais apareceu, desde que a gente fez um PIU do projeto de lei à Câmara, foi um que seria a distribuição regional do gasto público, que é a tela que o Samuel mostra para vocês agora, que talvez seja aí o ponto da inovação que mais chamou a atenção ao longo dos últimos dias.

No período de 22 a 25, a Prefeitura vai destinar 5 bilhões de forma regionalizada. O *slide* seguinte vai mostrar qual é o cálculo. Pode passar.

A gente criou um índice que é composto por seis indicadores, o peso de cada um dos indicadores vocês podem ver na tela. A gente considerou três dimensões: a vulnerabilidade social, infraestrutura urbana e demografia. Sendo que essas dimensões são compostas por

diferentes variáveis.

Dentro da dimensão de vulnerabilidade social, a gente tem famílias inscritas no CAD-Único, taxa de empregos formais por habitante, mortes por causas externas. Dentro de infraestrutura urbana, a gente está considerando a falta de acesso à coleta de esgoto, domicílios em favelas. Dentro de demografia, a população.

Isso tudo fez com que a gente conseguisse fazer uma espécie de *ranking* - pode mostrar, Samuel - que é o *ranking* que vocês podem ver na tela, que mostra do distrito, na verdade, da subprefeitura que tem mais necessidade para a subprefeitura que tem menos necessidade, considerando esse índice criado.

A gente fez esse índice numa parceria da Prefeitura com a Fundação Tide Setubal. A Fundação Tide Setubal, juntamente com outras organizações da sociedade civil, traz essa pauta há muitos anos.

Neste ano, nós sentamos com essas organizações, desde o início do ano, desde janeiro temos trocado informações, conversado, tentado criar mecanismos para melhorar essa ideia de regionalização do gasto público. A gente está feliz que tenha resultado nesse material que hoje vai direcionar a Prefeitura para os investimentos nos próximos quatro anos de execução desse PPA.

Então, aí, vocês conseguem ver os valores percentuais de cada uma das Subprefeituras e, dentro do anexo de regionalização do PPA que está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, é possível encontrar o detalhamento de como chegamos à construção desse índice, que talvez não valha a pena detalharmos tanto, agora, mas que está totalmente descrito, lá. Acho que, enfim, isso baseia muito aquilo em que acreditamos, no planejamento.

O Prefeito Bruno Covas e o Prefeito Ricardo Nunes, desde o início da gestão, disseram que o lema do nosso planejamento deveria ser a redução das desigualdades e eu acho que essa opção pela regionalização do Orçamento, em que pese ser uma opção bastante ousada, reflete claramente um interesse da Administração para esse período.

Agora, eu vou passar a palavra para o Samuel, que vai entrar um pouco no cenário econômico, nas projeções, e vai apresentar os programas.

Obrigada.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY – Obrigado a todas e a todos pela oportunidade de estar aqui, hoje, conversando com a população. Cumprimento todos os Vereadores e todas as Vereadoras que estão aqui, bem como os colegas da Prefeitura, o representante do Tribunal de Contas e a população em geral.

Vou comentar um pouquinho da estrutura do PPA. Não vou entrar em detalhes, por uma questão de tempo, mas todo o conteúdo está integralmente disponível na internet, tanto no *site* da Câmara quanto no *site* da Prefeitura, da Secretaria Municipal da Fazenda.

O PPA é um projeto de lei apresentado à Câmara, que tem quase todo o seu conteúdo relacionado ao Orçamento, distribuído nos seus oito anexos. Então, eu vou comentar um pouquinho de como esse documento está estruturado e o que há dentro de cada anexo. Ficamos à disposição, também, para esclarecer qualquer tipo de pergunta.

O primeiro anexo vai falar um pouquinho do cenário econômico e da projeção de receitas. É um trabalho elaborado muito juntamente às projeções de receitas para 2022, o que já foi apresentado ontem pelo Secretário Guilherme e foi elaborado pela equipe da assessoria econômica da Secretaria da Fazenda, que está aqui representada pela Claudia. Consideramos variáveis macroeconômicas e outros fatores para projetar as receitas dos próximos quatro anos: crescimento econômico, arrecadação de impostos, taxas e contribuições, a Planta Genérica de Valores – que, inclusive, estava em discussão na Câmara, muito recentemente. Estamos falando, também, de arrecadação de impostos municipais, do comportamento da inadimplência no IPTU, do comportamento de municípios que escolhem pagar à vista, de variações em transferências estaduais e federais, do preço dos automóveis, porque isso impacta o IPVA, que é transferido para o Município, e, também, da taxa básica de juros, que é a Selic, considerando-se, aí, os dados do Relatório Focus, publicado pelo Banco Central.

Com isso, chegamos às receitas de 79,2 bilhões de reais para 2022. Isso aumenta

um pouquinho, com base em todos esses critérios, com destaque para a inflação. A previsão de inflação chega a: 82,1 bilhões, em 2023; 86 bilhões, em 2024; e 90 bilhões, em 2025 – lembrando que isso é uma projeção para daqui a quatro anos. Então, tudo está muito sujeito ao comportamento da economia nacional e da economia local, com destaque para efeitos inflacionários, como eu já disse. De 2022 para 2023, o que talvez chame a atenção, aqui, são, nas despesas de capital, as operações de crédito, pois estão previstas algumas operações para 2022 e existe uma diminuição ao longo do período, mas, em todas as outras receitas, em geral, o comportamento é mais ou menos padrão. É uma linha ascendente, com algumas variações. Tudo isso está detalhado no Anexo I do PPA.

No Anexo II, nós vamos falar de despesas. Aqui, nós temos o demonstrativo de programas e o demonstrativo de ações orçamentárias. Vamos rever o que são os programas e as ações. O Orçamento, no Brasil, é classificado de diferentes formas e nós seguimos a classificação nacional funcional-programática. Nós temos as funções de governo, ou seja, para qual função o estado está gerindo. É para promover a assistência social, segurança, saúde, educação, transporte e nós temos também os programas que são os conjuntos de ação orçamentária, que é a nossa carteira de ações orçamentárias. É o conjunto de tudo que o estado pode fazer, no caso o município pode fazer e vai fazer durante os quatro anos.

Nós classificamos as despesas por órgão, por função, por programa e por ação orçamentária. No PPA, que é o nosso Plano Plurianual de ações, nós vamos classificar as despesas orçamentárias e as ações estão organizadas em programas. Cada ação nesse PPA está em somente um programa, diferentemente do PPA anterior, em que havia algumas ocorrências de ações que poderiam estar vinculadas a mais de um programa. Nesse PPA nós escolhemos que cada ação esteja vinculada somente um programa. Então, cada programa tem um objetivo específico, a gente vai ver isso daqui a pouco, e cada objetivo específico é atingido por um conjunto de ações orçamentárias específicas. Essas ações são detalhadas no nível territorial, por meio do detalhamento da ação, que é um código que a gente criou há alguns anos, já vem de pelo menos dois PPAs para regionalizar o nosso orçamento, indicar onde no território

da cidade de São Paulo cada despesa é realizada.

Temos para cada eixo um conjunto de programas e para cada programa um conjunto de ações, totalizando os nossos valores orçados para os quatro anos, o eixo 1 do Programa de Metas e do PPA, que é o São Paulo Justa e Inclusiva tem os programas relacionados à habitação, à saúde, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa, à educação, ao esporte, lazer, cidadania inclusão digital, diversidade, população em situação de vulnerabilidade social, primeira infância. Os programas da saúde são divididos aqui em dois, antes nós tínhamos todas as ações da saúde num só programa, agora nós temos um programa para a atenção básica especialidades e vigilância, que é o 3003, e outro programa para atenção hospitalar e de urgência e emergência, que é o 3.026. Para 2022 o total desses programas é 31,1 bilhões.

É importante voltar num ponto aqui, cada programa reúne as ações finalísticas relacionadas àquele programa. Então, quando eu falo que ter acesso à moradia adequada da 1,9 bilhões em 2022, eu não estou dizendo que todas as despesas da Secretaria de Habitação estão contidas nesse programa, não, as ações que dizem respeito a promover a moradia adequada estão nesse programa, mas a folha de pagamento da Secretaria de Habitação, a modernização tecnológica da Secretaria, as ações relacionadas a Previdência, as ações relacionadas ao suporte administrativo em geral da Prefeitura e de cada Secretaria estão em um programa específico para isso.

Então, esses valores aqui, por exemplo, 5,9 bilhões para a atenção básica são as ações relacionadas diretamente a promover a atenção básica, não diz respeito à suporte administrativo. Aqui estão as despesas desse eixo 1 que totalizam no quadriênio 131,8 bilhões de reais.

No eixo 2, São Paulo Segura e Bem Cuidada, nós temos dois programas: Programa de Gestão de Riscos e Promoção da Resiliência a Desastres e Eventos Críticos e o Programa de Promoção da Segurança Urbana, Prevenção e Proteção às Vítimas de Violência. Aqui nós temos ações relacionadas ao sistema de drenagem, combate e prevenção a enchentes, defesa civil, segurança urbana e algumas ações relacionadas a tudo isso. No quadriênio isso dá 4,5

bilhões de reais previstos aí.

No eixo 3, que é o São Paulo Ágil, nós temos a melhoria da mobilidade urbana universal que diz respeito muito a mobilidade, transporte e trânsito e o 3022, que é a requalificação e promoção dos espaços públicos, diz respeito a ações de redesenho urbano, calçadas e outras relacionadas, da 31,3 bilhões no quadriênio.

No eixo 4, São Paulo Inovadora e Criativa, nós temos os programas de acesso à cultura. Aqui eu reforço esses 658 milhões, por exemplo, em 2022, dizem respeito as ações finalísticas para o acesso à cultura. O orçamento da Secretaria de Cultura, da Fundação Theatro, dos Fundos relacionados à Cultura, da SP Cine estão distribuídos não apenas neste programa, mas também no suporte administrativo, na modernização e outros programas que as Secretarias também executam durante o ano, durante o quadriênio.

Também temos, nesse eixo: nutrição e promoção da segurança alimentar; promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho e oportunidades; promoção da economia criativa. No total do quadriênio, isso dá 21 bilhões de reais. O eixo 5, São Paulo Global e Sustentável, tem três programas, que visam a promover a sustentabilidade ambiental, promover a Cidade como referência global e destino turístico e promover ações e serviços da saúde animal. No total, isso dá 16 bilhões de reais no quadriênio.

O último eixo reúne alguns programas que têm a ver com a sustentabilidade, com a sustentação da Municipalidade. Temos uma série de programas que são de suporte administrativo ou de manutenção da folha de pagamento ou também de custeio em geral de atividades de manutenção e operação em geral dos órgãos públicos. Temos os encargos especiais, que dizem respeito bastante a precatórios, pagamentos de dívidas, sentenças judiciais. Temos o 3004 que diz respeito a benefícios e previdência de funcionários públicos. Temos o 3011, que diz respeito à modernização tecnológica, desburocratização, inovação no serviço público. Temos as ações de participação, transparência e controle social da Administração Pública. Temos as ações relacionadas à Câmara e ao Tribunal de Contas do Município, que estão no Programa 3014 – Processo Legislativo e Controle Externo. Temos os

programas relacionados à qualidade, eficiência e sustentabilidade do Orçamento Público. Há algumas ações relacionadas à modernização dos sistemas de previdência; e também a desestatização e parcerias. Temos também o suporte administrativo no 3024. Aqui está, basicamente, a folha de pagamento e o custeio de todos os órgãos e entidades públicas no município de São Paulo; e o 9999 tem a reserva de contingência. No total, 145,4 bilhões de reais no quadriênio.

Depois, temos o Anexo 3, que vai trazer a relação de indicadores do PPA. Todos os programas serão monitorados durante o quadriênio, não apenas pelo valor executado, sua execução financeira, mas também pela sua execução física. E demos, para cada programa, uma meta numérica. Precisamos atingir determinado indicador, observar determinada melhora em determinado indicador. Temos, então, os indicadores de programa e também temos indicadores para muitas das ações orçamentárias que são finalísticas. Todas as ações que dizem respeito a uma entrega mensurável, concreta, palpável, teremos também indicadores. No total, temos 477 indicadores que serão monitorados nesse quadriênio. Eles estão todos documentados em fichas individuais, como essas que estão na tela; e eles estão no Anexo 3 do nosso PPA. Cada programa tem um indicador. Muitas das ações têm também indicadores. Além disso, todas as ações orçamentárias, independentemente de ter indicador ou não, serão monitoradas com base nos valores executados e nas entregas promovidas. Mesmo que sejam ações relacionadas a custeio, elas precisam ter um resultado mensurável. Tudo isso será monitorado, e a transparência será concedida em relação a esse monitoramento.

No Anexo 4, temos explicitamente a vinculação entre o PPA, o Programa de Metas e a Agenda 2030, que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já apresentados pela Vivian na primeira parte da apresentação.

Basicamente, cada eixo do PPA está vinculado a um ou mais programas do PPA, e cada programa do PPA está vinculado a um objetivo estratégico e a pelo menos uma meta do Programa de Metas. Alguns programas não estão necessariamente relacionados a metas do Programa de Metas, mas todas as metas do Programa de Metas estão relacionadas a um

programa do PPA.

Além disso, temos cada programa também associado a metas e metas do ODS e desdobradas na Agenda Municipal 2030. Não necessariamente existem metas para todos os programas, mas todas as metas estão associadas a algum programa.

No anexo 5, vamos nos debruçar um pouco mais sobre a regionalização das despesas. Como a Vivian apresentou, a gente tem lá o nosso projeto de distribuição regional do gasto público, com base no índice. O detalhamento desse cálculo, de onde vêm as variáveis, como que elas são calculadas, como o índice é composto, está no anexo 5 do PPA. A gente tem todas as variáveis com as suas respectivas fontes, ponderações, descrições.

É importante ressaltar o seguinte: o índice de distribuição regional do gasto público municipal não afeta o orçamento da subprefeitura como órgão administrativo. Existem subprefeituras, no Município de São Paulo, que são os órgãos responsáveis por administrar determinadas partes do território. Nós temos 32 subprefeituras. Mas, quando a gente fala aqui no índice de participação percentual das subprefeituras tem um *ranking*, a gente está falando de território, de divisão do território.

Então a área abrangida pela subprefeitura vai ter uma fatia desses cinco bilhões que estão sendo separados no orçamento do quadriênio, para fazer esses investimentos ou expansão de serviços públicos por meio de custeio.

Então, repetindo, o índice de distribuição regional do gasto não afeta o orçamento da subprefeitura como órgão administrativo. Esse índice diz respeito a uma fatia do orçamento que vai ser distribuída no território e vai ser empregada com despesas das secretarias diversas que nós temos na Prefeitura, para promover expansão de serviços e equipamentos no território.

Durante a execução orçamentária, como nós classificamos e monitoramos e vamos dar divulgação aos dados de gasto regionalizado? A gente faz isso com base no detalhamento da ação que está aí do lado direito. Detalhamento da ação é um código complementar ao código da dotação orçamentária, que vai indicar se aquela ação é regionalizável ou não. Existem ações que não são regionalizáveis. Por exemplo, o pagamento de dívidas e o pagamento de precatórios

não faz sentido regionalizar, porque eles dizem respeito ao Município como um todo.

Mas a construção de unidades habitacionais, a construção de equipamentos de educação, a implantação de serviços de transporte público, isso é regionalizável. Então a gente diferencia, nessa primeira parte do código, o que é ou o que não é regionalizável.

Depois, nós temos as outras partes aí do código do BA que vai indicar qual é a região do Município - Norte, Sul, e assim por diante -, qual é a subprefeitura - nós temos 32 -, qual é o distrito. Quando possível nós regionalizamos também no nível do distrito. E tem um número sequencial que ajuda a refinar um pouquinho esse código.

Nossa intenção é divulgar relatórios de monitoramento do PPA, anualmente, informando como que nós tivemos o nosso desempenho, com relação ao planejamento de regionalização e os dados relacionados ao detalhamento da ação vão acompanhar essa abertura de dados.

No anexo 6, nós temos o detalhamento do que foi alterado entre o último quadriênio, aquele de 2018 a 2021, que nós estamos finalizando neste ano, para o novo quadriênio, 2022 a 2025.

No que diz respeito a programas, os programas que mudaram de nome ou que foram encerrados, ou que foram iniciados, ou seja, novos programas.

A gente também mostra quais foram as alterações em termos de ação. Algumas ações mudaram de vinculação de programa, de um programa para outro. Uma ação que estava, por exemplo, no 3005, de sustentabilidade, foi para o 3008, que é o de prevenção a risco, porque dizia respeito ao sistema de drenagem. Essas ações, por exemplo, mudaram de programa.

A gente teve também ações orçamentárias que foram reenumeradas. A gente mudou o número das ações para dar um pouquinho mais de aproximação entre ações relacionadas e também para liberar uma faixa de numeração, para que a Câmara Municipal possa fazer alterações de maneira mais direta e transparente para todas as partes envolvidas, inclusive, especialmente, para a própria Câmara.

Nós temos também ações orçamentárias que foram renomeadas. A gente mudou o

nome da ação, seja para dar mais clareza, seja para simplificar, seja porque a gente dividiu ou consolidou ações.

Nós criamos algumas ações, também, e nós excluímos ações que não seriam mais utilizadas porque o seu objeto já estava contemplado em outras.

Importante dizer que quando a gente exclui uma ação orçamentária, a gente não está dizendo que não vai mais fazer uma iniciativa, uma política pública. A gente está dizendo vamos continuar fazendo em outra classificação, em outra ação orçamentária, está bom?

O anexo 7 vai falar de Quadros Adicionais Simplificados. Por quê? Se vocês não tiverem - e muitas pessoas não têm e ninguém precisa ter - muita familiaridade com a classificação funcional programática com detalhamento de ação, que está no Anexo 2 ou no Anexo 1, os quadros do Anexo 7 vão facilitar um pouco o entendimento de onde estamos ou com quem, ou quem - melhor - na Prefeitura, quem no Município de São Paulo está gastando e com o quê, com qual tipo de despesa.

Temos ali quadros que vão separar quais são as despesas com atividades, projetos, operações especiais, por ano. Atividades, projetos e operações especiais são tipos diferentes de ações orçamentárias, diz respeito um pouquinho ao tipo da ação, ao tipo de gasto, se é um gasto continuado, se é um gasto que tem começo, meio e fim; ou se é um gasto relacionado, por exemplo, a encargos especiais.

Também temos ali um quadro que vai diferenciar o quanto nós vamos gastar por fonte de recurso, e por ano, ou seja, quantos dos recursos do Tesouro Municipal vão ser gastos por ano, quantos vão ser de transferências federais, quantos vão ser de operação de crédito e, assim, por diante.

Temos também a diferenciação das despesas com atividades, projetos e operações especiais por fonte e por ano. Temos as despesas classificadas por órgão, entidade, por ano, e também por órgão, entidade e por tipo de ação, atividade, projeto e operação especial.

Esses quadros simplificam bastante para que a pessoa tenha uma facilidade para entender quem está gastando, com o quê, em que ano.

Por último, uma grande preocupação nossa e que guiou todo o trabalho de operação do PPA 2022-2025 tem a ver com a transparência e com a linguagem simples. Não queremos, simplesmente, publicar um documento complexo. Nós queremos que as pessoas entendam o documento, sem grandes dificuldades, de preferência sem dificuldades.

Então nós fizemos um glossário que está no Anexo 8. Ele foi construído em linguagem simples, a nossa grande tentativa foi essa, com isso buscamos promover transparência, mais participação, facilitar o controle social na medida em que a população consegue olhar para o documento e entender o que ele quer dizer com aqueles termos específicos de orçamento. Colocamos no glossário os principais termos orçamentários que foram utilizados no PPA e nós indicamos também, nesse glossário, algumas fontes de informação complementares, tais como: cursos, manuais, que estão na internet, são públicos, gratuitos e acessíveis para aquele que quiser saber mais, possa entender e se apropriar desse universo conceitual que é bastante novo e bastante obscuro muitas vezes. Mas isso não é para ser. Nossa preocupação é com a promoção da transparência, promover o acesso e promover o controle social para que esse quadriênio seja marcado por um PPA no qual consigamos dialogar muito mais com a população.

Muito obrigado. Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Secretário, então seria essa a exposição final. Obrigado Samuel, obrigado à Dra. Vivian.

Pergunto, Mário, se temos Vereadores na sala? (Pausa) Vereadoras? (Pausa) ok. Seguiremos então.

O SR. MÁRIO - Presidente, o Isac está na sala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Positivo. Vereador Isac Felix quer se pronunciar? (Pausa) Haverá oportunidade. Enquanto isso abriremos as inscrições. Hoje está um pouco mais, eu diria, imensamente diminuído o número de inscrições, Secretário.

Fiz uma observação ontem, até que permitiria ao senhor fazer a abertura, e poderíamos deixar a assessoria conduzindo, mas vamos lá.

O primeiro inscrito é Ikaró Gomes dos Reis.

O SR. IKARÓ GOMES DOS REIS – Bom dia, Presidente. Estou aqui.

Bom dia, Presidente, Vereadores, Vereadoras, Secretário. Um bom dia especial também para o Samuel que já foi meu chefe no período em que estagiei na Secretaria de Inovação da Prefeitura.

Muito legal a exposição. Na verdade, eu, como aluno, estudante de Gestão Pública da Universidade de São Paulo, gostaria de fazer algumas observações em relação ao programa 30-14, que foi apresentado pelo Samuel.

O programa que está no lado da despesa dos programas, anexo 2, porém, no anexo 3 esse programa não consta. Embora o Samuel tenha dito que todos os programas, os indicadores estão presentes no anexo 3, o programa 30-14 não tem indicadores e nem metas, o que do ponto de vista da gestão é muito incomum e estranho. Como que temos um programa que não tem metas e nem indicadores para serem avaliados? Como vamos avaliar esse programa?

O Professor Marcelo destacou muito bem no chat o próprio artigo 74, da Constituição, que determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual. Se não temos metas no PPA, como que existe um controle interno capaz de avaliar esse programa?

Destaco que este programa é de responsabilidade também da Câmara. O órgão competente é a Câmara Municipal. Nesse programa tem algumas ações, destaco a ação 20-11, que se dirige à Escola do Parlamento. Bem, na Escola do Parlamento tem algumas entregas que são as matrículas nos cursos da própria escola. Se não tem indicador para avaliar, qual é a meta a ser cumprida para a Escola do Parlamento? É formar 20 pessoas? É dar um curso para 50? Para 1000? Para 100 mil pessoas? Como vou avaliar se o desempenho da Escola do Parlamento está sendo satisfatório ou não? Penso que precisariam de indicadores. Percebendo que não tem, minha pergunta vai direcionada tanta para a Prefeitura e também para os representantes do

Poder Legislativo da Câmara Municipal, em especial, o controle interno que deveria, no mínimo, elaborar seus indicadores, uma vez que também esse programa tem ações que estão ligadas ao Tribunal de Contas.

Se a própria Casa que é responsável pelo controle externo não consegue, aparentemente, controlar suas próprias atividades internas, como que nós, da população, vamos acreditar que os Vereadores são capazes de controlar a atividade de Cultura, do Secretário de Educação? Parece-me um pouco inviável.

Essa é a minha contribuição em relação à saber qual são as metas do programa 30-14 e os indicadores para serem avaliados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo inscrito, Marcelo Arno Nerling.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, salvo melhor juízo, nenhum deles presente, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Subsecretário, é um privilégio enorme como cidadãos, povo de São Paulo, bom dia.

Nós estamos aqui hoje lembrando..., lembrei do Professor Friedrich Schiller diz o seguinte: a democracia avançada é assim. O nível de exigências, além das quais não se pode ficar, em consideração à maneira pela qual as pessoas devem ser genericamente tratadas nesse sistema de poder e violência organizados, não como sub pessoas, não como súditos, também não como grupos isolados de pessoas, mas como membros do soberano, do povo que legitima, no sentido mais profundo, a totalidade desse Estado. Então, lembrando o Sr. secretário, ontem conversávamos, Dr. Guilherme, esta audiência pública se realiza por força da obrigatoriedade do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, é necessário que o Estado ouça o cidadão. Não é uma questão só de quem tem voto e de quem está eleito e tem mandato, e é exatamente por isso que estamos aqui.

Então, nesse sentido, estamos aqui lembrando o Professor Fábio Konder Comparato. Ele diz: “Quem sabe, faz. Quem não sabe, ensina”. E, daí, eu estou cheio de orgulho de ser professor do curso de Gestão de Políticas Públicas e de ver o quanto essa formação é importante

para o país, como essa carreira deve ser valorizada e como a interdisciplinaridade é importante.

Eu começo destacando aqui que o Poder Legislativo, isso que o Ikaro falava agora há pouco, o Poder Legislativo não apresentou o seu Plano Plurianual e o Tribunal de Contas tampouco apresentou o seu Plano Plurianual. Essa é uma manifestação, é um sintoma.

Outra questão, do ponto de vista funcional-programático, me permitam o entendimento de que eu não posso saltar de programas para ações. A lei é muito clara, artigo 167 da Constituição: “São vedados o início de programas e projetos não incluídos na lei orçamentária”. Não existem projetos neste Orçamento. Eu não tenho a menor identificação. E quais são as atividades e por que a lei fala de programas, projetos, atividades e ações? Por que eu só falo de programas e ações? Bom, então nós temos problemas aqui, mas o maior problema, para mim, está, e este é um problema de responsabilização e aqui é uma competência do Legislativo e ele não pode fugir dela e eu consignei com toda vênia e com todo respeito aos meus interlocutores. Não é uma questão pessoal. é uma questão republicana. É uma questão de humanidade, de uma cidade inteligente e, sim, da capacidade que nós temos com os recursos que dispomos no Município de São Paulo de, sim, liderarmos e não sermos liderados.

Nesse sentido, eu chamo a atenção para a questão da regionalização das despesas. E eu vejo todo e reconheço e valorizo o esforço da Administração municipal, principalmente do Executivo que tem a obrigatoriedade e acaba expondo-se quando, na verdade, os órgãos de controle estão acoitados e estão escondidos e sequer prestam contas e sequer fazer planejamento, sequer os Vereadores têm condição de participar do planejamento estratégico da Câmara Municipal de Vereadores para os próximos anos. E quantos milhões serão consumidos aí a depender do quê?

Então, meus caros e minhas caras, quando se fala sobre a regionalização, aqui lembrando logo na Exposição de Motivos, na página 35... Vejam aí Exposição de Motivos, página 35 é um dos eixos estruturantes desse nosso Plano Plurianual, quando ele fala do detalhamento da ação. E este acordo, firmado com a Fundação Tite Setúbal é que propõe uma metodologia, ou seja, um índice de distribuição e de concentração do gasto público, uma espécie de um fundo

– prestem atenção, porque são 5 bilhões vinculados a esses indicadores. Eu valorizo indicadores, eu cobro indicadores e julgo-os bastante importantes e a Professora Cristiane Kerches, Renata Bichir. Então, nós temos essa questão da distribuição a partir desses índices, que são 5 bilhões vinculados aos indicadores de vulnerabilidade, infraestrutura e demografia e eu também não discordo desses indicadores. Qual é o problema? O problema é que quando eu olho para o Plano Plurianual, que vai regular a política nos próximos quatro anos, eu não vejo o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu repercussão geral, ou seja, estabeleceu isso como regra válida para todos os entes da Federação, sobre a constitucionalidade de lei de iniciativa legislativa, para criar Conselho de Controle Social, quando julgou a matéria da inconstitucionalidade arguida pelo Ministério Público da Lei 13.881, de 2004, que tratou exatamente de uma lei que já está criada, que criou e estabeleceu a composição, a atribuição e o funcionamento do Conselho de Representantes.

— Ou seja, é impossível que não nos levantemos contra o projeto de lei no que tange a regionalização e que nós, passados aí de 1990 até hoje, não cumprimos com o Conselho de Representantes, esperamos 16 anos para o Supremo Tribunal Federal tomar uma medida e dizer que é constitucional, nós temos uma lei criada que vincula o Poder Executivo, Legislativo e o seu órgão de controle interno, que sequer está aqui hoje, no sentido então de nós de fato darmos concretização ao Art. 54 e 55, da Lei Orgânica Municipal, estabelecendo como diretriz e parâmetro plurianual o Conselho de Representantes e o atendimento do que a Lei Orgânica determinou e o Conselho de Representantes determinou, senão agora, quando?

Muito obrigado pela oportunidade. Obrigado aos meus concidadãos e a todas as autoridades constituídas. Tenham um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo, muito obrigado, sempre uma aula as suas exposições, pena que não podemos ouvir mais por causa das inscrições.

Tem a palavra o Sr. Osmar Araújo. Osmar, estamos de bem hoje?

O SR. OSMAR ARAÚJO – Como assim de bem? Não estou de mal de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ontem, acho que acabei lhe cortando nas falas.

O SR. OSMAR ARAÚJO – É que ontem vocês acabaram me pegando de calça curta, porque invertem a sequência de falas e eu estava ainda estruturando minha fala.

Mas vamos lá, gostaria de saudar a todos e todas, Vereadores, Secretários, Secretário Adjunto e todos que estão aqui, munícipes, funcionários públicos, e elogiar o plano muito bem-feito. Acho que há questões que já foram colocadas pelo Professor que me antecedeu, em relação aos indicadores.

E aí minha pergunta, se esses indicadores foram passados por avaliação de técnicos, de pessoas que têm a capacidade de olhar o indicador e dizer se é realmente eficiente, eficaz e efetivo. Ou seja, que no final vai dizer o resultado esperado, porque é o medidor.

Quero falar que não vi na peça do Plano Plurianual a inclusão da emergência cultural. Falo sempre dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, sou Osmar Araújo, moro na zona Norte. Então não estão previstos recursos para o setor que foi mais atingido pela Covid-19, está sendo o último a retomar e na peça não vejo recursos para isso. E temos um PL aprovado em primeira, o PL 343, e precisamos de 70 milhões para o próximo ano, mas pensando no Plano Plurianual, quais são as ações para os outros anos da peça.

A projeção orçamentária vem de uma projeção de um ano para o outro, começando de 22 para 23 e assim por diante, de 3.69; 8.64 e 13.67 de aumento em relação ao ano anterior. E estamos vendo aqui que para a Secretaria de Cultura o aumento é, ao invés de 3.67, é 1.768; ao invés de 8.64, em 2024, é de 5.67 e ao invés de 13.67, para seguir o volume de receitas, é de 11.27. Ou seja, sempre abaixo da projeção de um ano para o outro.

Então se fala, principalmente nas eleições, de investir em cultura, em educação, “vamos melhorar”; o que a gente está vendo no plano plurianual é uma redução do investimento em cultura. E ainda a peça fala só da construção de uma casa de cultura.

Falando pela zona Norte, por exemplo, a casa de cultura de Tremembé fica numa região abastada. Precisamos de uma casa de cultura no Peri Alto, por exemplo, em regiões de alta vulnerabilidade, como Jardim Damasceno, que a própria peça coloca como regiões, territórios de alta vulnerabilidade.

Então, se fala em investir em cultura, mas na realidade é redução de investimento; se fala em apoiar a periferia, e os bairros distantes ficam aquém dessa necessidade. Não tem nada de pontos de cultura, não tem nada da Política Nacional de Cultura Viva. É muito importante essa política. Existe um PL também na Casa que está parado.

Por fim, pedir ao relator ou subrelator para o orçamento deste ano que também possa ter uma atribuição de pensar com a gente um plano plurianual. Onde podemos influir nesse plano?

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Osmar, haverá um relator ou uma relatora, obrigatoriamente, conforme o Regimento, para o PPA; além do relator da Lei Orçamentária Anual, cujas audiências ocorrerão concomitantemente, porque não há possibilidade de fazer uma separada da outra.

O SR. OSMAR ARAUJO – Então precisamos de um subrelator do PPA para a cultura. Também precisamos ver o que falta. Por exemplo, falta conselho, falta plano, falta conferência, e não está previsto; e são políticas estruturantes da pasta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ontem também pediram subrelator para a cultura, no que diz respeito à Lei Orçamentária Anual. Está tudo sendo registrado aqui. Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Uil Ribeiro.

O SR. UIL RIBEIRO – Bom dia a todos. Presidente Jair Tatto, Vereador Isac Felix, Secretário Guilherme, Srs. servidores: Samuel, Viviane, Dr. Fabiano, participo dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, do Fórum do Reggae desta cidade, também do ponto de cultura São Mateus em Movimento e Coletivo Som na Praça.

Sou homem preto cis, tenho cabelo dread noxy, uso óculos de grau, estou com a barba por fazer e, ao fundo, tem uma parede branca com uma porta de madeira. Isso serviu para identificar... (Falha na transmissão). Infelizmente a internet não me deixa abrir a câmera, senão não consigo falar. E a fala é mais importante.

Corroboro com a fala do Sr. Osmar, do Professor Arno, a contribuição do Sr. Ikaro também é muito importante; porém, a minha indagação vai dentro do Eixo 4, no que tange à inovação e acesso à cultura. Eu gostaria de saber maiores informações sobre as metas, índices e os objetivos principais para esses programas. O que tem, de fato, para a cultura nesse plano plurianual?

Como o Sr. Osmar bem colocou, ele se contrapõe com a questão da Secretaria Municipal da Cultura, que vem abaixando e com o argumento de que está aumentando.

Então eu gostaria de um esboço mais detalhado nesse sentido. E reforço os pedidos do subrelatores para a Cultura tanto nesse PPA quanto na LOA.

Obrigado. Por hoje é só. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. André Luiz dos Santos, o Rapper Pirata.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Cumprimento todos em nome do Vereador Jair Tatto, todos os legisladores. Reforço que cumprimento todos os servidores públicos, que tem dois tipos – os cargos comissionados, cujos salários de alguns vão aumentar; e tem os servidores públicos que estão ralando e que estão sendo expulsos, não tem concurso público, e o plano plurianual precisa ter isso. E cumprimento todos em nome dos técnicos da Câmara Municipal. E cumprimento a população referente ao genocídio da juventude preta, pobre e periférica, porque nós estamos discutindo o racismo estruturado. E o plano plurianual precisa pensar nisso.

Reforço tudo que o Osmar e o Uil falaram: não tem planejamento emergencial para a área da cultura. Tem um fosso que foi criado, só que isso está deixando andar. Então precisa ter esse planejamento. Precisa planejar, voltar da cultura, porque sabemos que tem planejamento do tal do Centro Vivo. Aí você tem planejamento também de vários bairros, como a Faria Lima, Água Espreiada. E aí precisamos ter esses planejamentos do plano plurianual para as outras regiões, como Cidade Tiradentes, porque tem equipamentos públicos lá que estão abandonados. O Centro de Referência da Cidade Tiradentes é um equipamento importante,

gigante, um dos maiores da cidade de São Paulo, e nem falamos dele aqui. E isso precisa estar no plano plurianual.

E eu queria reforçar também o que foi deixado no plano plurianual no último governo, que é meio que continuação desse, referente ao hip-hop. Não houve investimento. As casas de hip hop não foram planejadas do jeito que nós estamos falando, como um centro de memória. E vocês não (Ininteligível) centro de memória, aquilo é uma casa “tapê” em que as pessoas entram, cantam e vão embora. Não é isso. Investir na cultura não é isso. Isso eu reforço: investir na cultura, e isso para toda política pública, na verdade, não é um lugar de um banco onde você faz o saque do dinheiro para algumas famílias, algumas pessoas continuarem milionárias. Investir na cultura é injetar estrutura financeira no país. E a coisa mais ridícula que tem na Câmara Municipal e no Governo Executivo é essa fala de economia do dinheiro do estado. Só que, se você estiver numa empresa, a lógica é a seguinte: você investe para capitalizar tal coisa. É somente esse pessoal que quer ir para o estado, não quer investir, quer capitalizar. Eu não sei de onde eles tiram isso. Mas aumentar o salário, ontem, né, dos adjuntos, aumentar o salário do Executivo para salários de 27 mil reais, que não é uma realidade na cidade – temos mais de 50 mil pessoas em situação de rua –, isso ninguém fala.

E aí por que eu estou fazendo essa crítica?

Porque precisamos pedir para o Prefeito Ricardo Nunes voltar a dialogar com a sociedade. A sociedade não participa desses planos. Chamam meia dúzia de pessoas rapidamente, ainda no virtual se escondem, e depois aparecem e falam que a sociedade civil participou. Não participou deste plano plurianual. Ele é ruim porque ele está vindo verticalmente, de cima para baixo, e isso precisa ser resolvido. Tem ganho? Mas só que precisa corrigir o diálogo com a sociedade civil. A sociedade civil não participa do governo, mas é ela que elege o governo. Isso é um erro. E aí 3% para a cultura, não esquecemos disso. E cadê o Conselho de Cultura? A cidade de São Paulo não tem conselho de cultura. Isso é um erro. Não foi efetivado.

E para terminar: a Secretaria de Cultura é um decreto, não é uma lei. Quando que a Câmara Municipal vai efetivar a Secretaria de Cultura?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rapper Pirata.

Sr. André Delfino da Silva.

O SR. ANDRÉ DELFINO DA SILVA – Eu, como favelado e do Movimento de Defesa do Favelado, a gente passa a vida toda sendo perseguido e lutando. Então, por exemplo, no meio de uma crise como esta, a Prefeitura continua ameaçando as famílias das favelas com reintegração de posse. Como é que a gente fica em casa se o próprio Poder Público tira a casa do povo? É uma questão grave.

Mas eu queria saudá-lo como Presidente da Comissão, também o Secretário Guilherme, como os representantes do Executivo nesta tarefa tão árdua de planejar a dinâmica da cidade. Planejar é uma coisa, mas, às vezes, a política destrói tudo aquilo que o corpo técnico que às vezes pensa uma outra cidade é destruída por interesses políticos no decorrer do caminho.

Eu só queria fazer uma pergunta muito rápida do eixo São Paulo segura e bem cuidada, referência 30.08 gestão de riscos e promoção de resiliência, desastres e exemplos críticos, tem 14 piscinões, parece que combater e ser resiliente a mudanças climáticas, parece que a única coisa é piscinão, acho que a gente precisa ser muito mais criativo. Não que não se deva construir, mas precisa ser mais criativo, e ver a viabilidade disso, porque tem alguns na região da Vila Prudente que até hoje são promessas. O último que foi inaugurado vinte dias depois da inauguração dele não serviu para nada, porque a enchente pegou todo mundo, mesmo com piscinão inaugurado.

No que diz respeito à intervenção em áreas de risco, a cidade de São Paulo tem mais de 400 áreas de risco, justamente, nisso tem zero, não tem nada aparecendo. A gente tem mais de 400 áreas de risco e não tem nenhuma intervenção em área de risco. Será que a gestão está achando que só o piscinão irá resolver? Ainda mais num momento como esse com o aumento das ocupações, das reintegrações de posse, e o povo que não tem dinheiro para pagar o aluguel sendo expulso também. A gente tem todo dia, no mínimo, dez ações de reintegração de posse chegando no Tribunal de Justiça, mesmo com o STF decidindo a suspensão até dezembro.

Então, Vereadores e Secretário, eu queria saber disso: se vai aparecer algum tipo de intervenção nessa rubrica específica para áreas de risco. Eu acho que, por hoje, Vereador é só isso.

Sem brigas, a gente não briga a gente luta. Espero que todos que estejam aqui estejam lutando por uma cidade melhor para todos, para todas e para todes. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – André, obrigado.

Alessandro Azevedo, Palhaço Charles.

Palhaço Charles, nunca mais digo que isso aqui está uma palhaçada. Você me ensinou isso uma vez. (Risos)

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Obrigado, Jair. Na sua pessoa quero cumprimentar todos os Parlamentares, cumprimentar o pessoal da Secretaria da Fazenda, do Tribunal de Contas, aos meus parceiros de luta dos movimentos de cultura, a todos os Munícipes; aproveitar a deixa do André para citar o Sérgio Vaz da Cooperifa que gosta da diferença entre briga e luta, porque luta tem hora para acabar, e luta é para a vida toda. Então, nós estamos nessa luta para a vida toda. Essa luta tem relação aos direitos e ao orçamento.

Sobre essa questão do plano plurianual, antes de falar do plurianual, quero falar dos nossos pleitos da cultura, PL 343, lei emergencial que prevê 70 milhões, o Conselho Municipal que foi votado em primeira; nós estamos esperando devolutiva do Executivo para continuar com essa discussão; as duas audiências da cultura que, pelo visto, nós vamos conseguir para discutir o orçamento, a questão do relator para a cultura.

E, agora, em relação ao plurianual, aproveitando a deixa de algumas pessoas, no nosso caso da cultura já estamos no segundo ano em que fomos fortemente, assim como todos os setores, atingidos pela pandemia. Então, a minha pergunta é: como vocês projetaram esse plano, essa meta de plano, sem fazer uma consulta pública e sem ter esses indicadores? Porque nós não temos os indicadores reais da cultura para esses dois anos, então como vocês fizeram uma projeção de plano plurianual da cultura, no caso, sem uma escuta ou uma ausculta popular e sem esses indicadores? Os indicadores da cultura são altíssimos, a cultura gera bastante

trabalho. No Estado significa quase 4% do PIB.

Então, eu gostaria de focar a minha discussão, a minha pergunta, nesse indicador. Quais são os indicadores? Como vocês chegaram nesses números? E provocar, já que vai ter uma relatoria, é importante que a gente tenha uma relatoria que discuta também com uma lupa sobre essa questão da cultura, que é a relatoria para o PPA, que também se debruça sobre essa discussão da cultura. É muito importante, porque nós estamos vindo de dois anos com o setor praticamente parado, sem trabalho, por conta dos impedimentos das leis sanitárias. Fica aqui a provocação e a pergunta sobre a questão da cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Alessandro. A última é a Solange Sampaio. O Thulyo está presente? Eu cometi um erro gravíssimo. Mario, e o Thulyo?

O SR. MÁRIO - Não, Jair. Ele não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ah, então hoje ele não esteve presente.

O SR. MÁRIO - Jair, tem o Natanael de Jesus, que está com a mão levantada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É, estou vendo. Então, vou passar para a Solange Sampaio e abriremos uma exceção, no caso, para o Natanael, em seguida. Depois, voltaremos para as considerações finais.

Solange Sampaio? (Pausa) Muito bem, vamos seguir, Natanael de Jesus.

O SR. NATANAEL DE JESUS - Está me escutando, Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Positivo.

O SR. NATANAEL DE JESUS - Boa tarde, Jair. Boa tarde a todos. Eu sou o Natanael, conselheiro do Comas. Novamente a proposta orçamentária que o conselho aprovou na plenária não é o que está na proposta orçamentária que está sendo analisada na Câmara Municipal.

Os parâmetros da Secretaria da Fazenda são menores do que a necessidade que a Secretaria Municipal da Assistência necessitava. Então, eu sou conselheiro do Comas, estou na Comissão de Finanças e a gente precisa ver como conseguimos reajustar ou ajustar a proposta

que está na peça orçamentária na Câmara Municipal.

Então na Resolução do Comas 1746, de 17 de agosto de 2021 aprovamos a proposta orçamentária no valor de 1.923.129.091,10 reais e a proposta que está na Câmara Municipal é de 1,451 bi. Então, tem uma diferença de 400 milhões na proposta orçamentária. Isso pode afetar o atendimento da assistência social no exercício de 2022, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok, Natanael. Era isso? Encerrou?

O SR. NATANAEL DE JESUS - Era isso, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

O SR. NATANAEL DE JESUS - De nada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, alguns informes: conseguimos, então, no Salão Nobre, as primeiras audiências no dia 26, cultura; 27, educação.

Peço à assessoria se ainda não mandaram o calendário, mande para o senhor e para os assessores, certamente sempre estará presente alguém da assessoria nas audiências.

Quero dizer à Ana Flávia, pois ontem ela solicitou que fosse de forma híbrida e a determinação é que será de forma híbrida sim. Nós conseguimos, então, com a Presidência, a adaptação do 8º andar, no Salão Nobre, com 50%, vamos dizer, da lotação, e com uma exigência que eu acho muito pertinente. Todos terão de levar a carteira de vacinação, ok? Então, já fica esse informe com a determinação da Casa. Vamos fazer de forma híbrida, eu estarei presente em todas de forma presencial.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretário, suas considerações, sua equipe.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu estou tentando identificar a nossa companheira que está fazendo a tradução de libras, o nome dela não aparece.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Amanda, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Amanda? Obrigado, Amanda.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Wallace e Amanda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Wallace e Amanda.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Já agradeço a eles também pela ajuda. Bom, Sr. Presidente, muito obrigado, inclusive parabéns pelas audiências, que vão poder ser híbridas, o que vai fazer com que mais pessoas possam participar. Infelizmente não estarei presencialmente nessas, mas nossa equipe vai estar presente, dando todo o apoio, enfim, prestando todos os esclarecimentos.

Como sugestão, Presidente, para os esclarecimentos, eu queria passar a palavra para o Samuel e para a Dra. Vivian fazer algum complemento. Podemos fazer assim? O Samuel faz... anotamos todas as questões, o Samuel tenta fazer um esclarecimento para todos os pontos e a Dra. Vivian faria os complementos, enfim, daria informações adicionais. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tranquilo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Obrigado, Presidente. Então, Samuel, você pode começar.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY - Ok. Bom, agradeço bastante a oportunidade de responder as perguntas e manifestações dos que aqui estão presentes. Eu fiz algumas anotações aqui, se eu perdi alguma coisa eu peço muitas desculpas.

Mas, em relação aos indicadores do Programa 3014, processo legislativo e controle externo. Como esse programa é de responsabilidade, tem ações finalísticas conduzidas pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas do Município, nós não podíamos imputar alguns indicadores por conta de autonomia. Então, acredito que ainda tenhamos oportunidade de ter essa revisão. O projeto de lei está totalmente aberto na fase de deliberação legislativa.

Em relação à questão das ações orçamentárias ou de programa para ação, quando eu digo ação orçamentária estou dizendo projeto, atividade e operação especial. Ação orçamentária é um nome geral para projeto, atividade e operação especial. No orçamento a gente segue a codificação nacional e a regra é que ações iniciadas com o número zero são operações especiais; ações iniciadas com número par são atividades; e ações iniciadas com número ímpar são projetos. Talvez a gente possa deixar isso mais claro no nosso material de transparência, mas nós trabalhamos com a classificação funcional programática, conforme a regulamentação

federal.

Em relação à parceria com a Fundação Tide Setubal, eu vou deixar que a Secretária Executiva Vivian se pronuncie sobre isso, porque a parceria foi celebrada com a Secretaria do Governo Municipal.

Em relação à regionalização e à participação social no quesito regionalização, nós tivemos em abril e começo de maio as audiências públicas conjuntas reunidas do Plano Plurianual de Ações, do Programa de Metas e do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Recebemos uma série de contribuições, especificamente para o PLOA 2022, foram 3.130 contribuições; tivemos o Orçamento Cidadão que vai ser alvo das audiências públicas devolutivas dos dias 8 a 24 de novembro, conforme publicado em nosso *site* e no *Diário Oficial*. A gente colheu as impressões, as necessidades e, na medida do possível, tentamos incorporá-las, isso tudo vai ser apresentado oportunamente nas audiências devolutivas.

Em relação aos gastos com a Secretaria de Cultura, temos feito o possível para dar conta de todas as demandas, de todas as pastas conforme a disponibilidade dos recursos municipais.

Em relação às áreas de risco, nós temos três ações orçamentárias, são dois projetos e uma atividade. Temos nomeadamente no Orçamento a ação 1193, que é o projeto Obras e Serviços nas áreas de risco geológico; temos a ação 5013, um projeto Intervenções no Sistema de Drenagem; e temos a atividade 2376, para finalizar, que é a Manutenção de Sistema de Drenagem. Somente para 2022 o valor previsto para essas ações é de 1,092 bilhão de reais. Somando essas três ações, são dois projetos e uma atividade.

Em relação aos indicadores da Secretaria de Cultura, somando os indicadores propostos pela Secretaria de Cultura com aqueles da Fundação Teatro Municipal, que é uma entidade vinculada à Secretaria de Cultura, nós temos um total de 64 indicadores que, dentre os 477 no total que estão no projeto, 13,4% dos indicadores são do grupo Cultura.

De onde vieram os indicadores? As pastas propuseram indicadores para o Plano Plurianual, além de indicar todos os indicadores que já estivessem no Programa de Metas e

àqueles que estejam na Agenda Municipal 2030 e puderem ser vinculados ao PPA. Então, tivemos essas três fontes de indicadores: o Programa de Metas, a Agenda 2030 e os indicadores novos do próprio PPA. Então, dos 64 indicadores, 13% do total que estão no projeto são da Cultura e da Fundação Theatro.

Em relação ao Fundo Municipal de Assistência Social, em que pese o Conselho, o Comas ter deliberado sobre um valor necessário para o Orçamento do fundo, precisamos trabalhar com a limitação dos recursos e, na medida do possível, tentamos fazer a distribuição dos recursos entre todas as pastas, considerando os critérios que o Subsecretário Fabiano apresentou ontem: execução pregressa, projeção de receitas, necessidade de contingenciamento ou não, a disponibilidade de transferências federais, operação de crédito. Enfim, a soma de todos esses fatores resulta na distribuição proposta pela Prefeitura de São Paulo e não pela Secretaria da Fazenda, lembrando o que o Secretário Guilherme falou ontem: quem tem mandato é quem delibera, em última instância, qual é a distribuição de recursos entre as pastas. E quem tem mandato, no caso, é o Prefeito do município de São Paulo e são os Vereadores.

Eu peço desculpas, mais uma vez, se esqueci alguma coisa, mas agora passo a palavra para a Secretária Executiva, Vivian.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra, Vivian.

A SRA. VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA – Obrigada, Vereador Jair, obrigada a todos que fizeram suas manifestações, e eu digo todos porque infelizmente nenhuma mulher se manifestou aqui e eu estava vendo que têm poucas mulheres na audiência, talvez eu e a Amanda.

Vamos lá. A primeira contribuição do Ícaro, eu acho que uma parte da contribuição dele já foi respondida, a outra foi sobre os indicadores. Outro ponto que ele mencionou, os indicadores, o Samuel já respondeu, mas acho que vale eu dar uma palavrinha sobre isso.

A Agenda Municipal 2030 foi construída por uma comissão, que é parte sociedade civil parte Governo. Então, todos os indicadores previstos dentro dessa Agenda 2030, que é

aquela linha mais longa, que chega até o ano de 2030 na projeção que nós fizemos, esses indicadores foram construídos pelo poder público juntamente com a sociedade civil. Depois dessa construção, eles foram validados pelos setoriais. Cada gabinete de cada uma das nossas respectivas Secretarias validou esses indicadores e, depois dessa validação, ainda passou pelo crivo da Fazenda e da Secretaria de Governo. Então, não foram indicadores escolhidos ao acaso. Fizemos um esforço muito bom ao longo dos últimos meses, para encontrarmos indicadores possíveis, tanto para os programas quanto para as ações. Em alguns casos, isso não foi possível, mas buscamos, o mais proximamente daquilo que um dia esperamos ser um indicador de impacto, pensando no longo prazo, incluir esses indicadores no PPA.

A segunda contribuição foi do Prof. Marcelo e acho que o Samuel também já respondeu parte das colocações, mas eu vou me ater à parceria com a Fundação Tide Setubal para a construção do índice. O índice é da Prefeitura. Ele não é da Fundação. Assim, se formos olhar o índice publicado em parceria com o movimento Nossa São Paulo, veremos que são índices diferentes, com variáveis diferentes e com um pacote diferente de indicadores dentro do índice, da cesta de indicadores que formam o índice. Então, tomamos o cuidado de fazer uma parceria para a construção dessa metodologia, justamente por entender que essa é uma discricionariedade do Poder Executivo. No momento em que estivéssemos pensando a peça do PPA, antes de mandarmos para a discussão com a Câmara, isso era uma decisão do Poder Executivo, que avaliamos que precisaria de um auxílio técnico, de um braço técnico, e a Fundação Tide Setubal já tem nos ajudado em outras frentes da Prefeitura, inclusive, com a regionalização do PPA, em uma parceria com a Secretaria da Fazenda. Então, fez sentido, naquele momento, escolher por essa parceria, mas a escolha da cesta de indicadores coube ao Poder Executivo, aqui representado pelo Guilherme e por mim.

Além disso, o Prof. Marcelo também falou das audiências. Essa audiência não é uma audiência para a construção do PPA. Essa é uma audiência em que já estamos apresentando o documento que foi construído, inclusive, com a participação da população. Tivemos um período de discussão pública entre o dia 8 de abril e o dia 10 de maio, período esse em que fizemos

ostensivas divulgações. Então, vocês puderam ver a divulgação nos abrigos de ônibus da cidade, no Metrô, na CPTM, nos veículos oficiais da Prefeitura de São Paulo, nos veículos pessoais dos Secretários e Secretárias e, inclusive, do Prefeito. Fizemos um esforço para que, mesmo nesse momento de pandemia e de distanciamento social, fosse possível um maior número de pessoas presentes nesses momentos de discussão. Foi nessas discussões que colhemos as contribuições para a versão final do Programa de Metas, para a LOA 22 e, também, para o PPA.

Foi uma opção metodológica da Prefeitura fazer essas audiências de forma conjunta, justamente porque entendemos que esses documentos não podem caminhar de forma separada. O planejamento precisa direcionar para algum lado e esperamos que ele todo caminhe para o mesmo lado. Não faria muito sentido não promovermos essas conversas de forma conjunta, segundo a metodologia que usamos. Então, só registro que elas aconteceram. O Samuel até já deu os números. Aconteceram entre abril e maio.

Acho que aos outros pontos que o professor mencionou o Samuel já respondeu.

A terceira fala foi do Osmar. O Osmar falou sobre cultura e, também, sobre os indicadores. Então, Osmar, eu acho que, na minha fala anterior e, também, na fala do Samuel, já respondemos tanto a você quanto ao Uil e ao André, Rapper Pirata. Acho que, na fala do Samuel, ele já lhes contemplou sobre cultura.

Depois, tivemos uma fala do Alessandro.

Eu pulei alguém? Eu pulei o André Delfino. Desculpe, André Delfino.

O André falou sobre a nossa estratégia de piscinões. André, os piscinões não são as únicas ações que estamos prevendo para resiliência da cidade à mudança climática. Temos, também, ações de jardins de chuva e ampliação de bosques. Elas aparecem de forma transversal no documento. Então, aquilo que o Samuel explicou na fala dele, de que muitas vezes não conseguimos identificar os eixos, simplesmente, por alguma nomenclatura, é porque fizemos esse esforço de transversalidade, então essas planilhas que demonstram o que aconteceu no PPA, o que aconteceu no PDM, o que aconteceu na agenda 2030 e essas vinculações, se você pudesse era muito legal você ver por que era muito mais fácil de identificar esses pontos que

you mentioned.

O Alessandro a gente já falou sobre a cultura e a escuta que eu acabei de explicar sobre as audiências públicas e, por último, falou o Natanael, que acho que também respondeu sobre o Fórum da Assistência Social. Tentei passar aqui todo mundo que fez contribuições, espero ter respondido a todos e estamos à disposição para futuros esclarecimentos e novas conversas.

Agradeço novamente ao Vereador Jair Tatto pela oportunidade, à Câmara Municipal pelo convite, obrigada Guilherme, Samuel, Fabiano e a todos os presentes.

O SR. MÁRIO – Jair, só gostaria de pedir ao Secretário para enviar para nós essas apresentações que foram feitas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu também peço gentilmente. E a de ontem, chegou até aí Secretário? Mandou obviamente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, se não encaminharam ainda, encaminharemos ainda hoje.

O SR. MÁRIO – Já está com a gente, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço a todos e a todas. Secretário, me pedem os Vereadores para que faça gestão na condição de Presidente e que acelere a liberação das emendas. Não é o meu caso, registro aqui, até porque as minhas são pequenas. E os grupos culturais pedem encarecidamente, pois já estamos finalizando o mês de outubro e estamos todos temerosos, né, companheiros da cultura, especialmente que não haja tempo do descongelamento. Então, faço gestão pelos Vereadores que estão pedindo que o senhor libere as emendas o mais rápido possível, então, faço aqui esse coro aos colegas que me pedem para falar com o senhor nesse momento.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pois não, Presidente, o Fabiano inclusive está aqui na reunião também e já aqui transmito a ele para vermos o que está conosco e o que estiver conosco vamos fazer aqui com a maior rapidez possível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A boa notícia ontem é que teremos seis bilhões

e 300 milhões para investimentos o ano que vem, é isso que ficou cravado na minha memória?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Quase sete bilhões, Presidente, recorde de investimento na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos ouvindo do Secretário, isso é muito importante a todos e a todas, é o maior investimento...

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – É só tirar os 23 bilhões que estão no caixa. Bem melhor, mas vamos embora, o Secretário é gente boa, ele fala de dinheiro, os outros não falaram.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário é muito honesto em dizer que a saúde financeira do Município é muito razoável. Secretário, muito obrigado, Vivian, Samuel, a todos e a todas que participaram aqui conosco. Dia 26, de forma híbrida, nossa audiência inaugural temática, dia 26, Cultura, vamos começar já pegando fogo na coisa e dia 27, Educação.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, quero agradecer novamente a todos e quero reforçar que, muito embora eu pudesse deixar aqui os técnicos fazendo a apresentação, respondendo às perguntas, a equipe está inteira aqui, inclusive, com a Secretária Executiva Vivian Satiro, porque sabemos da importância disso. Ontem ficamos três horas e meia conversando com a sociedade, escutando os pedidos, as críticas, então, isso é prova de que estamos aqui levando a sério. Claro que não vamos atender a todos, óbvio que a nossa democracia tem seus mecanismos próprios, mas realmente acreditamos nessa participação e a prova está aqui, a Vivian está aqui, toda a equipe da Fazenda está aqui de peito aberto, escutando as críticas, os pedidos, enfim, isso para nós é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um abraço a todos e a todas, obrigado, Secretário, e a toda a sua equipe. Até a próxima.